

Economia Solidária e Empreendedorismo aliados aos bancos sociais na contribuição do desenvolvimento regional: Uma revisão de literatura

Solidarity Economy and Entrepreneurship allied to social banks in the contribution of regional development: A literature review

Economía Solidaria y Emprendimiento aliados a los bancos sociales en la contribución al desarrollo regional: Una revisión de la literatura

Vanessa Costa de Oliveira^{1,a}, Maria Anielly dos Santos^{1,b}, José André Villas Bôas Mello^{2,b}, Arielle da Silva Moreira Rodrigues Ferreira^{1,d}, Herlander Costa Alegre da Gama Afonso^{2,c}

¹Administradora de empresas, Mestranda em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFETRJ.

²Doutor em Engenharia de transportes, UFRJ, Professor no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ.

^aORCID: [0000-0002-0943-3553](https://orcid.org/0000-0002-0943-3553) E-mail: vanessa.costarj@hotmail.com,

^bORCID: [0000-0002-3146-4225](https://orcid.org/0000-0002-3146-4225) E-mail: anielly044@gmail.com,

^cORCID: [0000-0002-0628-9664](https://orcid.org/0000-0002-0628-9664) E-mail: joseavbm@yahoo.com.br

^dORCID: [0000-0002-7295-9240](https://orcid.org/0000-0002-7295-9240) E-mail: ariele.rodriguesferreira@gmail.com

^eORCID: [0000-0002-8954-3508](https://orcid.org/0000-0002-8954-3508) E-mail: herlander.afonso@cefet-rj.br

Recibido 20/07/2023

Acceptado 29/08/2023

Sección: Artículo de Revisión

Resumo

A Economia Solidária é um modelo de produção em nível local, baseado na autogestão, na inclusão e surge como uma opção para enfrentar as consequências desfavoráveis dos formatos de negócios. Como resultado, nos últimos anos tem havido uma expansão de empresas sociais orientadas para práticas baseadas na confiança e na solidariedade. Este artigo teve como objetivo investigar como a Economia Solidária e os Bancos Comunitários podem contribuir para o Desenvolvimento Regional, por meio do fomento de iniciativas públicas. O método utilizado foi a revisão sistemática da literatura de forma estruturada, aliada a uma análise bibliométrica por meio do software Bibliometrix. Para esta pesquisa foram identificados 1.216 documentos quanto ao objetivo do estudo e após os critérios de inclusão e exclusão foram analisados 31 artigos científicos. As conclusões apontaram para uma produção científica crescente ao longo dos anos, além de uma relação significativa desta questão que impacta o desenvolvimento regional e, no Brasil, é incipiente para este debate. Desta forma, é necessário um maior envolvimento das administrações públicas e dos residentes na expansão substancial desta proposta econômica.

Palavras-chave: Economia Solidaria; Empreendedorismo; Bancos Comunitários; Desenvolvimento Regional.

Cómo Citar:

Costa de Oliveira, V., Anielly dos Santos, M., Villas Bôas Mello, J. A., Moreira Rodrigues Ferreira, A. da S., & Costa Alegre da Gama Afonso, H. (2023). Economia Solidária e Empreendedorismo aliados aos bancos sociais na contribuição do desenvolvimento regional: Uma revisão de literatura. *Comuni@cción: Revista de Pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento*, 14(3), 266–279. <https://doi.org/10.33595/2226-1478.14.3.894>

Abstract

The Solidarity Economy is a production standard at the local level, based on self-management, inclusion and it emerges as an option to deal with the unfavorable consequences of business formats. As a result, in recent years, there has been an expansion of social enterprises aimed at practices based on trust and solidarity. This article aimed to investigate how the Solidarity Economy and Community Banks can contribute to Regional Development, through the promotion of public initiatives. The method used was a systematic review of the literature in a structured way, combined with a bibliometric analysis using the Bibliometrix software. For this research, 1,216 documents were identified regarding the objective of the study and after the inclusion and exclusion criteria resulted in 31 analyzed scientific articles. The conclusions pointed to a growing scientific production over the years, in addition to a significant relationship of this theme that impacts on regional development and, in Brazil, it is incipient to this debate. In this way, greater involvement of public authorities and residents is needed in the substantial expansion of this economic proposal.

Keywords: Solidarity Economy; Entrepreneurship; Community Banks; Regional development.

Resumen

La Economía Solidaria es un estándar de producción a nivel local, basado en la autogestión, la inclusión y surge como una opción para enfrentar las consecuencias desfavorables de los formatos empresariales. Como resultado, en los últimos años se ha producido una expansión de empresas sociales orientadas a prácticas basadas en la confianza y la solidaridad. Este artículo tuvo como objetivo investigar cómo la Economía Solidaria y los Bancos Comunitarios pueden contribuir al Desarrollo Regional, a través de la promoción de iniciativas públicas. El método utilizado fue una revisión sistematizada de la literatura de forma estructurada, combinado con un análisis bibliométrico utilizando el software Bibliometrix. Para esta investigación se identificaron 1.216 documentos respecto al objetivo del estudio y luego de los criterios de inclusión y exclusión resultaron 31 artículos científicos analizados. Las conclusiones apuntaron para una producción científica creciente a lo largo de los años, además de una relación significativa de este tema que impacta en el desarrollo regional y, en Brasil, es incipiente para este debate. De este modo, se hace necesaria una mayor implicación de las administraciones públicas y de los vecinos en la expansión sustancial de esta propuesta económica.

Palabras clave: Economía Solidaria; Emprendimiento; Bancos Comunitarios; Desarrollo regional.

Introdução

A Economia Solidária (ES) pode ser entendida como iniciativas de natureza associativa ou cooperativa, que buscam a solução de problemas públicos, relacionados à sua condição socioeconômica, por meio do fomento à criação de atividades que geram renda (Teixeira de Menezes et al., 2019). É importante construir ações territorializadas que valorizem e fortaleçam o bem viver, baseadas na economia solidária para alcançar soluções sustentáveis (Machado et al., 2021). A ES se manifesta através de uma pluralidade de atividades direcionadas a geração de trabalho e renda, envolvendo diferentes tipos de empreendimentos, que conforme Teixeira de Menezes et al. (2019), também envolvem atividades de suporte como financiamento, comércio, consumo de bens e serviços ofertados pelos empreendimentos.

O termo Empreendimentos de Economia Solidária (ESS) remete a ideia de empreendedorismo, já a palavra “empreendimentos” deriva da palavra *emprender*, o que dá a ideia de empreendedorismo. Então, espera-se que os atores dos EES ajam como empreendedores. Logo, o empreendimento pode ser entendido como uma empresa: uma organização que produz e/ou comercializa bens e serviços, com o objetivo de obter lucro (Das Neves, 2019). Nos últimos anos, segundo Teixeira de Menezes et al. (2019), houve a expansão de empreendimentos econômico-sociais voltados às práticas baseadas na confiança, proximidade e solidariedade. Tais práticas estão ligadas aos desafios enfrentados por comunidades carentes, que por muitas vezes esquecidas pelo Estado, buscam amenizar esta situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se destacam como uma opção de finanças solidárias (Teixeira de Menezes et al., 2019). Para Leal et al. (2020), os bancos comunitários são definidos como associações que, em sua maioria, tem como propósito democratizar o sistema financeiro por meio da gestão comunitária dos recursos, considerando as redes de relações sociais.

Na literatura há algumas revisões sistemáticas que abordam o assunto economia solidária, tal como os estudos de Souza e Costa (2018) e Nascimento et al. (2019), mas não são artigos que focam um olhar sobre os bancos comunitários. Atualmente, torna-se indispensável a investigação de práticas sobre a ES juntamente com os bancos comunitários em prol de direcionar a inclusão social (Oliveira Campos e Reis, 2020). Dessa forma, surgiu a seguinte problemática,

elaborada com pergunta norteadora na pesquisa: “Como a ES, aliada ao empreendedorismo, podem contribuir para o desenvolvimento regional junto aos bancos comunitários?” Com isso, o objetivo do artigo é investigar como a ES e os Bancos Comunitários podem contribuir para o Desenvolvimento Regional, por meio do fomento às iniciativas públicas.

É grande a contribuição de estudos sobre práticas de gestão a serem adotadas por empresas (Carvalho et al., 2020) e os que avaliam políticas públicas (Gumiero & Tigre, 2020), principalmente em um setor como a economia solidária (Llanez Anaya & Sacristán Rodríguez, 2021). Portanto, realizou-se um levantamento teórico da temática a partir de periódicos indexados nas bases da Web of Science e Scopus, o mapeamento dos conceitos e atuação da ES e Bancos Comunitários, juntamente com Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional. A metodologia utilizada foi uma revisão sistematizada da literatura em conjunto de uma análise bibliométrica, por meio do software Bibliometrix.

Dessa forma, na próxima sessão deste artigo será possível visualizar o método. Em seguida, a seção de resultados e discussão que trará os achados obtidos por meio dos instrumentos conjuntos de análise escolhidos e, posteriormente, as conclusões apresentadas diante da realidade vigente.

Método

Foi adotada uma revisão sistematizada da literatura, de forma estruturada e específica, e com uma abordagem bibliométrica por meio do software Bibliometrix.

Uma revisão sistemática é uma metodologia específica, que procura identificar os estudos existentes na área de pesquisa seguindo a estrutura: selecionar suas contribuições; analisar e sintetizar os dados, e por fim, apontar as evidências do conhecimento sobre a área de pesquisa (Galvão et al., 2015). Os estudos levantados em uma revisão sistemática propõem melhor compreender temas ou questões (Lima Junior et al., 2021; Sordan et al., 2021; Macedo et al. 2022; Costa & Mello, 2023).

Com isso, foi elaborada uma busca por artigos publicados todos os anos (até dezembro de 2020), utilizando as principais palavras-chave: “*solidarity economy*” OR “*community banks*” nas bases de dados: Web of Science e Scopus. Como critério de seleção, esta pesquisa contou com artigos com os temas: Economia Solidária e Bancos Comunitários, nos idiomas em português, inglês e espanhol, somente

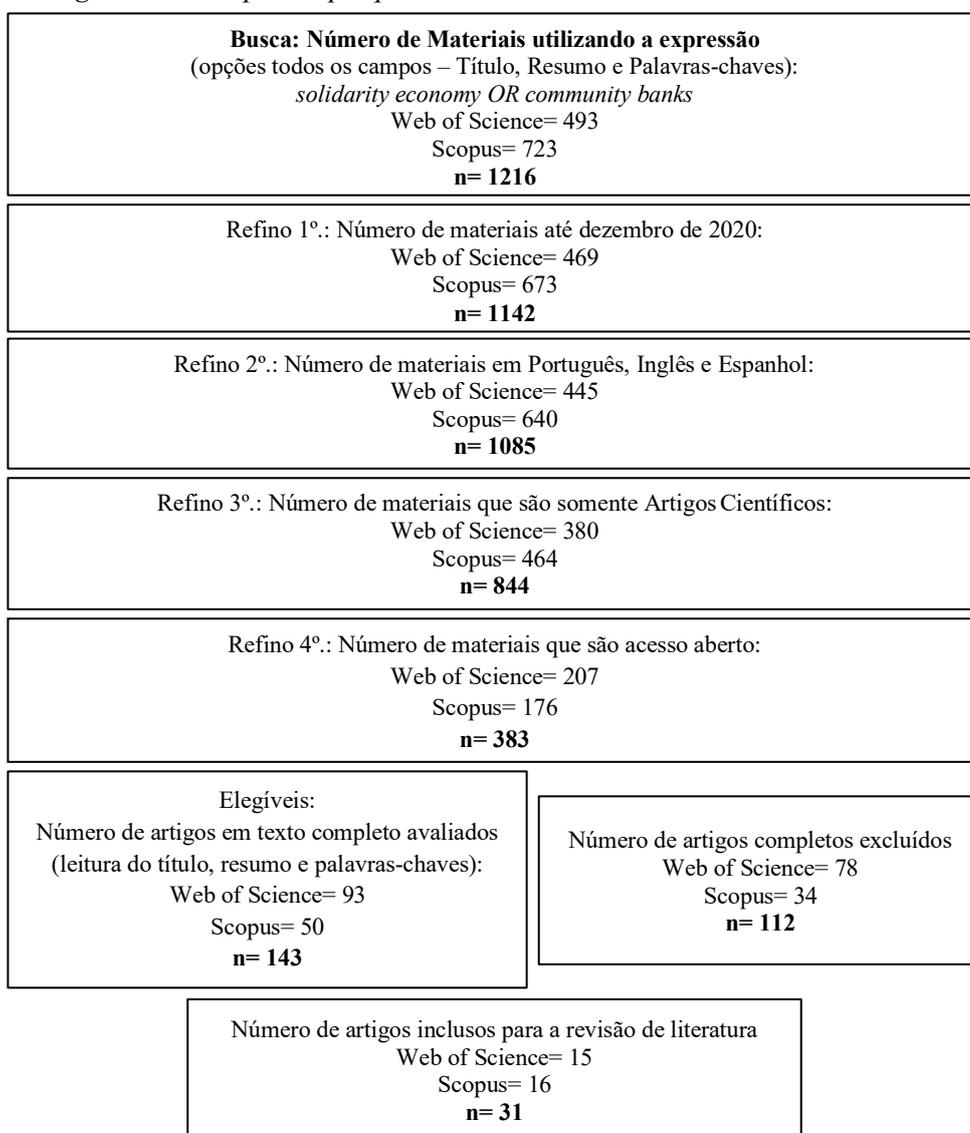
artigos científicos e acesso aberto. Após o refino foi realizado o processo de elegibilidade até resultar nos artigos inclusos, que são descritos nas etapas a seguir:

- Primeira etapa: foram verificados através da leitura dos títulos dos artigos que tinham relação com o tema do estudo, logo após foi feito o cruzamento entre as bases para retirar os duplicados;
- Segunda etapa: após a leitura dos resumos dos artigos que atenderam ao critério da primeira etapa, foi realizada a exclusão daqueles que não atenderam ao foco dos critérios de seleção;

- Terceira etapa: a leitura na íntegra dos artigos que atenderem a proposta da revisão desse estudo.

Os artigos encontrados na literatura estão compreendidos num recorte temporal de todos os anos (até dezembro de 2020), exceto o ano de 2021. Após essa pesquisa sistematizada, resultaram 31 artigos que foram inclusos para a análise do seu conteúdo, na íntegra, que serão tratados nos subtópicos 3.1, 3.2 e 3.3. A figura 1 apresenta os critérios de seleção e elegibilidade.

Figura 1
 Fluxograma das etapas da pesquisa



Fuente: Diagrama de flujo de Prisma Adaptado de Galvão (2015)

E quanto a parte do estudo bibliométrico, a análise foi com os dados obtidos do 4º e último refino (figura 1) que consta com 207 artigos da Web of Science e 176 da Scopus. Segundo dos Santos et al (2017), esta

primeira lei sugere que, à medida que os primeiros artigos sobre um novo assunto são escritos, estes são submetidos. Se tal assunto continua a se desenvolver, emerge eventualmente um núcleo de periódicos



mais produtivos. Já a segunda lei considera de maior prestígio em uma determinada área do conhecimento, os pesquisadores produzem mais.

Resultados e Discussão

Na tabela 1 são expostos separadamente os resultados dessa análise bibliométrica, com o intuito de analisar, de forma melhor, os dados e investigar os impactados dentro das referidas bases. Se observa o registro de 207 documentos na base Web of Science e 176 na

base Scopus, fato que algumas revistas podem estar indexadas em ambas as bases. Entretanto, a Web of Science se apresenta mais abrangente.

Na primeira exposição gráfica, as nuvens de palavras (figura 2), a primeira base - Web of Science, é possível observar que as palavras que mais aparecem nesta pesquisa foram: social, economia, solidariedade, desenvolvimento. Na segunda base - Scopus, verifica-se a mesma perspectiva, as palavras que mais se destacam foram: social, comunidade, solidária e economia.

Figura 2
Nuvem de palavras

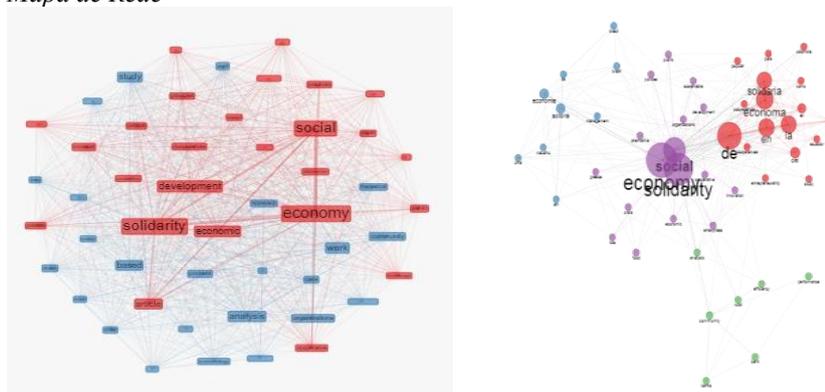


Fonte: Web of Science (1ª imagem) e Scopus (2ª imagem), do software Bibliometrix

No mapa de rede, figura 3, nota-se que na primeira base há uma rede de correlação entre a ES com o desenvolvimento, economia e social. Na segunda

base, a ES tem correlação com desenvolvimento, organizações, cooperativas, política, sustentabilidade.

Figura 3
Mapa de Rede



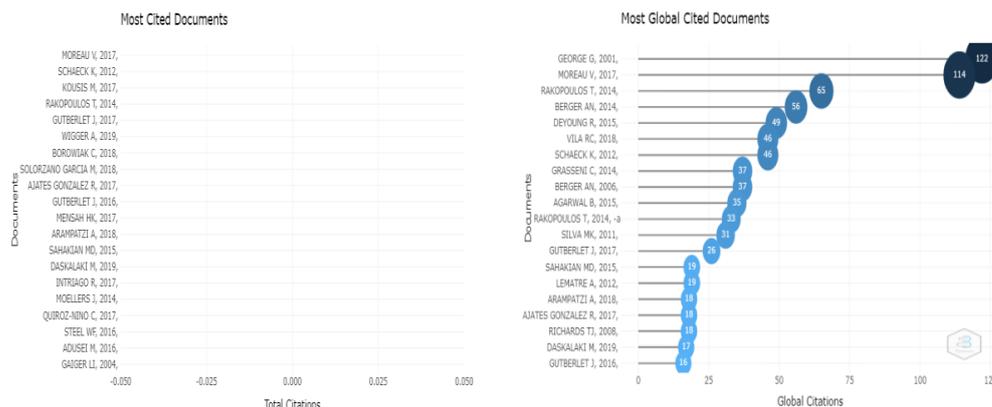
Fonte: Web of Science (1ª imagem) e Scopus (2ª imagem), do software Bibliometrix.

Na figura 4, os documentos em ambas as bases, percebe-se que os autores atuais na análise bibliométrica contribuíram, em sua maioria, para a revisão da literatura deste estudo.

Nesse sentido, pode-se compreender que houve avanços na temática pesquisada que condiz com uma

área específica do conhecimento: ciências sociais. Além disso, vale ressaltar também que os artigos mais citados estão debruçados na literatura internacional, o que só reforça que esse assunto está se desenvolvendo e despertando interesse de muitos pesquisadores em submeter sua produção científica.

Figura 4
 Documentos mais citados globalmente

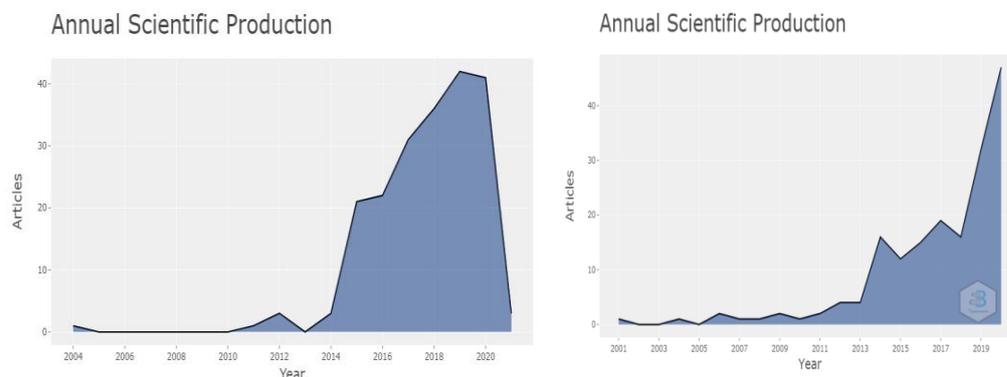


Fonte: Web of Science (1ª imagem) e Scopus (2ª imagem), do software Bibliometrix.

Na figura 5, na base Web of Science, observa-se um aumento nas produções científicas a partir de 2015, tendo-se um aumento significativo em 2019, porém com uma tendência de declínio nos próximos anos, fato esse que pode ter sofrido influência por conta do

escenario de pandemia de Covid 19. Na Scopus, essas produções também aumentaram em 2014, contudo esse aumento oscilou em 2015 a 2018, sendo que em 2020 obteve-se um aumento novamente e mais significativo com tendência de crescimento para os próximos anos.

Figura 5
 Produção científica anual



Fonte: Web of Science (1ª imagem) e Scopus (2ª imagem), do software Bibliometrix.

Após o esboço dos dados acima, por meio das informações bibliométricas, torna-se fundamental apresentar a revisão da literatura dos artigos incluídos para esse debate. Para tal, a próxima sessão é dedicada a análise dos 31 artigos que foram lidos em sua íntegra e são apresentados de forma coesa, sendo subdividido em três subtópicos: a ES em empreendimentos solidários; a ES, políticas públicas e desenvolvimento regional; e a ES, serviços financeiros e bancos comunitários.

Economia Solidária e empreendimentos solidários

Economia Solidária (ES) pode ser entendida como as iniciativas que constituem um fenômeno mundial que está hoje no centro de inúmeros debates econômicos e

sociais. Essas iniciativas atuam em setores econômicos muito diversos, com o objetivo, por exemplo, de criar empregos para trabalhadores pobres e pouco qualificados. No estudo de Lemaître e Helmsing (2012), foi apontada uma estrutura *polanyiana* para a análise de tais atividades econômicas, que permitiu desenvolver uma concepção plural e integral de uma organização produtiva.

Conforme Gaiger (2011), a ES pode ser considerada uma alternativa para gerar renda, enfrentar a pobreza e romper a lógica social das desigualdades, pois promove o protagonismo dos pobres, necessário às intervenções políticas neste campo para alcançar a eficiência. Esse autor discute por meio da análise de evidências



trazidas por pesquisas qualitativas através do primeiro mapeamento nacional brasileiro ES. Dessa forma, certas singularidades se destacaram, como a tendência de empresas solidárias para proteger empregos e manter princípios igualitários em relação aos rendimentos e benefícios decorrentes de suas atividades econômicas.

Calderón-Milán et al (2020) menciona que as Entidades de Economia Social e Solidária (ESS) apresentam uma maior sensibilidade na inserção laboral de grupos em risco de exclusão social do que as Empresas Capitalistas (CC). Dessa forma, espera-se que a ESS aumente as pessoas com características sociolaborais entre os seus colaboradores, nos quais o mercado de trabalho discrimina de forma negativa. Sendo assim, essa pesquisa está centrada em averiguar as características sociolaborais, diferenças salariais e o grau de desigualdade na distribuição da renda salarial do grupo de trabalhadores com deficiência na ESS em comparação com os CCs na Espanha durante o Grande Recessão (2007-2013) e o início da atual recuperação econômica (2013-2016).

As iniciativas da ES como instâncias de organização de base e explora como “práticas de valores” são realizadas coletivamente em tempos de crise. Ao focar em como o poder, o discurso e as subjetividades são negociados nas práticas cotidianas das redes de troca na Grécia em crise. Daskalaki et al (2019) desvela e discute três performances de práticas de valores, a saber: mobilização de valores, rearticulação das relações sociais e uma vida sustentável. Com base nessas descobertas, e informados por análises teóricas de performatividade, foi proposto uma estrutura para estudar a produção e reprodução de valores no contexto das redes de troca e o papel dos valores na organização de alternativas.

Já na literatura antropológica sobre crises sociais e ES, podem se beneficiar de abordagens integradas que avaliam cooperativas de base formadas durante períodos críticos de recessão capitalista. Assim, Rakopoulos (2014) apontou um enfoque problemático porque conceituar a crise grega como excepcional e, em seguida, examinar a relação entre a ES e cooperativa, foi argumentado que o último é um desenvolvimento do primeiro nos planos futuros das pessoas que lutam contra a crise e que está sendo testemunhada no país. Isso foi feito analisando etnograficamente as respostas sociais organizadas contra as crises por meio do surgimento da ES associada à distribuição de alimentos sem intermediários.

Em outra vertente, têm-se os Empreendimentos Solidários (ESS) que é uma estratégia viável para lidar com alguns problemas contemporâneos conhecidos tanto em países industrializados quanto em desenvolvimento. De acordo com Wallimann (2014) a ESS é contextualizada no contexto de desenvolvimentos recentes: a liberalização dos fluxos de bens e capitais em todo o mundo, a industrialização contínua e o aumento da divisão global do trabalho. Ele também aborda como as populações locais poderiam alcançar certos objetivos e satisfazer certas necessidades usando técnicas características da ESS e, assim, criar um espaço social e econômico próprio em relação aos mercados anônimos, atores globais e elites locais e nacionais.

Em 2016, foi aprovada a lei sobre Economia Social e Solidária (ESS) do Parlamento grego, com o objetivo de propagar esta alternativa de organização da atividade econômica. Os projetos produtivos autogestionários, empreendedorismo social coletivo e regulamentar os Empreendimentos Sociais Cooperativos e as Cooperativas de Trabalhadores são fortalecidos e apoiados. Dessa forma, Fajardo Garcia e Frantzeskaki (2017) analisaram como as características da ESS grega, em relação a outros modelos europeus; e os distintos tipos de empresas que integra, elucidando as diferenças entre elas e as características em relação a outras instituições.

No tocante ao empreendedorismo socioambiental e a prestação de serviços essenciais em assentamentos informais, esse estudo de Gutberlet et al (2017) tem embasamento referenciais teóricos da economia social e solidária e do empreendedorismo socioambiental, que fornecem informações e estratégias para enfrentar os desafios do cotidiano. Contribuem também para a compreensão de como os empreendedores de pequena escala que atuam com coleta de lixo doméstico em trabalhos não formais tem bom resultado na coprodução formalizada desses serviços.

Na cidade de Nova York, as associações locais mexicanas praticam a solidariedade no intuito de atender com excelência às necessidades das comunidades transnacionais. As associações de cidades natais são formadas com frequência por imigrantes nos Estados Unidos, são organizações que emitem recursos para seus países de origem. São apoiadores de projetos sociais e infraestrutura pública. Os méritos dos programas de remessas, são debatidos por estudiosos, que avançam os fundos dos migrantes

quanto a agência das economias dos imigrantes nas estruturas de desenvolvimento econômico e neoliberal (Smyth, 2017).

Borowiak et al (2018) aborda uma temática sobre navegando nas linhas de falha: raça e classe na economia solidária da Filadélfia, as questões da política pós-capitalista é um despertar que cresce envolta da ES. É uma atividade que une muitas práticas que se estendem desde as cooperativas a hortas comunitárias. Embora haja o comprometimento dos proponentes com a inclusão, ainda sim as separações raciais e de classe se apresentam no movimento da ES. Averiguou-se, segundo esses autores, a estrutura geoespacial da ES inclusa na geografia apartada da Filadélfia. Apesar da ES está extensivamente disseminada pela região, exceto nas hortas comunitárias, ainda sim encontra-se ausente dos bairros pobres de cor.

Ainda sobre o contexto europeu, Gonzalez (2017) revela um estudo com a temática: Voltar para avançar? De cooperativas de múltiplas partes interessadas a cooperativas abertas em alimentos e agricultura: apresenta a importância das cooperativas de múltiplas partes interessadas (MSCs) para reinventar, nas zonas urbanas e rurais, os alimentos mais sustentáveis e para ultrapassar as margens das cooperativas de agricultores com foco mais econômico do que sociais e ambientais.

Nesse sentido, Saguier e Brent (2017) abordou a ampliação dos ESS nos processos de integração regional da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O argumento utilizado foi que os processos regionais nos contextos da UNASUL e do MERCOSUL adotam um conceito estreito de ESS que a define como um instrumento de política social de combate à pobreza. Isso limita o potencial transformador da agenda da ESS, uma interpretação de fortalecimento das práticas socioprodutivas como alternativa ao desenvolvimento extrativista na região.

No entanto, Lima (2010) entende que as mudanças na cultura do trabalho decorrentes dos processos de flexibilização das últimas décadas, nos quais a ênfase em mais autonomia no trabalho, paradoxalmente, trouxe mais subordinação, sob a égide do empreendedorismo. Assim, este artigo examinou a ideia de participação nas empresas e o uso do autocontrole e da autogestão nas equipes de trabalho; a reinterpretção da informalidade como empreendedorismo e o trabalho associado em cooperativas sob a égide do empreendedorismo social. Essa ideia, em graus diversos, representa o início de uma cultura do trabalho marcada pelos valores do

chamado capitalismo flexível: a individualização crescente e o mercado como indicador das relações sociais.

Quanto às redes sociais e ESS, estas foram analisadas em instituições e atividades em duas regiões diferentes do mundo, a fim de refletir sobre como a ESS está sendo conceituada e praticada em diversos contextos e culturas. De acordo com Sahakian e Dunand (2015), a ESS é um movimento social em crescimento que inclui uma gama de atividades que compartilham valores comuns, incluindo solidariedade e apoio mútuo, com foco em comunidade e desenvolvimento de nível.

Nesse sentido, as principais conclusões desses autores foram nos atores em Genebra que estão mais focados em colocar os princípios orientadores da ESS estabelecidos em prática dentro de suas organizações, assim foi concluído que o ESS tem potencial para se tornar a economia da sustentabilidade, trabalhando para mais sustentabilidade dessa comunidade. Para isso, foi necessária uma maior coerência, não apenas dentro das organizações, mas entre atividades, comunidades e regiões do mundo.

Economia Solidária, políticas públicas e desenvolvimento regional

A política de ES no governo federal, implementado desde 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Solidariedade Economia (SENAES). Com base no modelo teórico de Kingdon (1995), foi examinado, primeiramente, o processo político (em sentido amplo) que sucedeu a sua inclusão como política pública de geração de trabalho e renda. Também, Papadaki e Kalogeraki (2018) investigaram quais são os principais parceiros do SENAES nestes anos para o desenvolvimento de outros programas que interferem na ES e assim poderia melhorar a aderência do assunto dentro do governo.

Nesse sentido, segundo esses autores, a ESS tornou-se uma atividade rotineira para um considerável número de cidadãos e o setor da ESS está em constante crescimento nos últimos tempos. A ESS tem agido como uma alternativa econômica viável e como um meio de apoiar grupos sociais vulneráveis, atingidos pela recessão em tempos econômicos difíceis.

Os Fóruns Sociais Mundiais e o ingresso de novos personagens no cenário político brasileiro lançado em 2003 originou um conjunto de novas possibilidades para a ES. A discussão de Gaiger (2004) aborda as elaborações da obra militante na ES e formula algumas

questões que baseiam sua história nos últimos anos, a partir de estudos empíricos sobre sua evolução no Estado do Rio Grande do Sul referentes às experiências reais e às organizações mediadoras. Em sua visão, a ES é impulsionada por sua força de suportar a situações críticas de conflito pela sobrevivência, por dignidade e direito.

Para entender as noções emergentes e compará-las com o conceito de ES. Em primeiro momento, Chaves Ávila e Monzón Campos (2018) apresentam o conceito de economia social: significado socioeconômico e epistemológico e as suas atuais dimensões quantitativas na Europa. Depois é estudado o conteúdo de grau acadêmico e social de cada uma desses significados. Por fim, é realizada uma análise do surgimento dessas noções e é apresentada uma ilustração para comparar com o conceito de economia social. Ademais, as conclusões sobre o grau de institucionalização acadêmica e social e, finalmente, o grau de notoriedade alcançado.

A análise que sugeriu com o modelo de Kingdon explicasse o processo de inserção dessa política pública em 2003, embora essa inserção seja apenas uma etapa do ciclo. Assim, foram definidas suas regras de constituição, há uma disputa do programa dentro do governo. Além disso, Nagem e Silva (2013) discutiu a integração de políticas e conduta dessa economia do governo federal, revelando que a questão não chegava ao macropolítico, gravitando em um campo marginal, fora do núcleo, em busca de espaço para sua valorização interna. Embora seja considerada apenas como uma alternativa paliativa ao problema do desemprego, dificilmente poderia atender os antagonismos e conflitos de interesses que impedem o seu desenvolvimento.

O estudo de caso de ES, segundo Grassen (2014) na Itália: o italiano GAS - *Gruppi di Acquisto Solidale*, que traduzido como Solidariedade de Grupos de compra. GAS são frequentemente conceituados como “redes alternativas de alimentos”. Além dessa categorização, foi destacado sua novidade em termos relacionais, políticos e ecológicos, no que diz respeito à capacidade de formar novas parcerias entre consumidores e produtores incorporados na prática de ES.

Wigger (2019) relata que em 2017, a reindustrialização da União Europeia (UE) foi uma das principais prioridades do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker. A estratégia industrial da UE é estimular a competitividade industrial e alavancar os investimentos industriais, visando alavancar a

participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) para 20% até 2020. As propostas da ES, podem parecer lutas marginalizadas e desiguais, mas também são utópicas concretas existentes; com isso, é fornecido iniciativas políticas industriais como alternativas da UE. São tentativas em movimento de rebaixar, revogar e elucidar estratégias autoritárias de administração de crises neoliberais a nível nacional e da UE e do capitalismo na Europa em geral.

Arampatzi (2018) destaca um estudo sobre a ES em Atenas, na Grécia, em 2012 e 2013, afirma que as discussões são poucas para entender o impacto social da crise europeia e da política de autodomínio desde 2010. Esse estudo trata o significado e a prática da solidariedade na e construção de poder à austeridade e à criatividade de base. Em geral, apresenta como iniciativas e redes de solidariedade atuam com finalidade de persistência diante de um cenário de crise da reprodução social para grupos sociais vulneráveis. Analisa também a formação de uma economia social/solidária como base alternativa para o restabelecimento das relações socioeconômicas e reflete o papel do movimento solidário.

Dessa forma, os ativistas usaram a noção de “coprodução” para descrever seu engajamento como um repensar simultâneo dos aspectos sociais, econômicos e ecológicos do abastecimento. De acordo com Grasseni (2014) uma pesquisa quantitativa do movimento GAS no norte da Itália, buscou-se uma compreensão etnográfica da “co-produção”; argumentos que produtores e consumidores em redes de GAS “coproduzem” valor econômico e conhecimento ecológico, enquanto reincorporam sua prática de abastecimento em mutualidade.

Economia Solidária, serviços financeiros e bancos comunitários

No tocante ao acesso a serviços financeiros, pode ser entendido como componente fundamental da redução da pobreza, comunidade e desenvolvimento individual, conforme Mashigo & Kabir (2016). Logo, segundo esse estudo, a principal limitação experimentada pelas famílias sul-africanas pobres é a falta de apoio financeiro proveniente de fraquezas sistêmicas das instituições financeiras formais, que incluem a falta de infraestruturas, altos custos de transação e garantias tradicionais.

Adusei (2016) analisa os bancos rurais e comunitários em Gana de dados baseados no retorno à suposição de escala e técnica de regressão logística binária. A

partir dessa investigação foi levantado que apenas vinte bancos rurais e comunitários são eficientes. Além disso, quando aumenta o tamanho e a qualidade do financiamento de um banco, em contrapartida reduz a eficiência técnica.

Portanto, Mashigo & Kabir (2016) propôs uma estratégia financeira que melhoraria o acesso a serviços financeiros e desenvolveria as famílias pobres na África do Sul. Além disso, esta análise revela ainda que os bancos da aldeia criaram acesso a serviços financeiros básicos para as famílias pobres de forma sustentável por meio de comunidade e confiança mútua da aldeia, relacionamentos, responsabilidade, conhecimento perfeito, costumes e participação. Com base nessas descobertas, foi recomendado que esses bancos estabelecessem e apoiassem de forma adequada uma estratégia de inclusão financeira para o desenvolvimento das famílias pobres nessa região.

George et al (2001) destaca que o desenvolvimento de ligações com o ambiente externo, por exemplo, intertravamentos, é um mecanismo para acessar recursos escassos. Assim, criar e manter essas ligações pode ser uma capacidade organizacional que cria uma vantagem competitiva para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Então, de acordo esse estudo, é proposto um modelo parcial de estratégia de rede, que inclui medidas de composição do conselho com a análise de setenta bancos comunitários cujas respostas dos diretores dão suporte à proposição de que as empresas com uma estratégia de rede tiveram um desempenho melhor do que as empresas que não buscaram ativamente o desenvolvimento de redes.

Segundo Berger et al (2014), foi formulado sobre o papel de “banco pequeno versus grande”, “mercado único versus multimercado e local versus não local”. O paradigma convencional sugere que “bancos comunitários”, pequenas instituições locais de mercado único, são mais capazes de formar relacionamentos fortes com pequenas empresas informacionalmente opacas, enquanto os “megabancos”, instituições grandes e multimercados e não locais, tendem a atender empresas mais transparentes. Além disso, os resultados desta pesquisa não foram consistentes com o paradigma convencional, talvez devido às mudanças nas tecnologias de empréstimo e à desregulamentação do setor bancário.

Estudiosos estimam que um modelo estrutural de banco e carteira de empréstimos e descobriram que o banco comunitário reduziu seus empréstimos comerciais durante a crise financeira global (DeYoung

et al., 2015). Para esse autor, o declínio no crédito empresarial foi impulsionado pelo aumento dos efeitos penderes do risco e pela redução das elasticidades da oferta de crédito, sugestivas de racionamento de crédito (consistente com um aumento na aversão ao risco do credor). No entanto, foi identificado que um grupo de relacionamento estrategicamente focado em bancos que concedeu e manteve níveis mais elevados de empréstimos comerciais durante a crise.

Sobre a crise financeira global e seus fundamentos geográficos, Arampatzi (2018) evidenciou suas causas macroeconômicas e efeitos variados na Europa. Baseando-se no caso da Grécia, este autor afirmou que essas discussões são insuficientes para desvendar o impacto social da crise europeia e da política de austeridade introduzida desde 2010. Assim, em adição aos debates que exigem uma abordagem diferenciada das crises, através das próprias formas e meios; as comunidades contestam e subvertem estes “de baixo”.

Ainda sobre essa ótica, Arampatzi (2018) debate sobre solidariedade, seu significado e práticas, na construção da resistência à austeridade e à criatividade popular. Em particular, este autor identificou como as iniciativas solidárias e as redes têm funcionado como meios de sobrevivência diante de uma crise de reprodução social de grupos sociais vulneráveis e, ao mesmo tempo, abrem espaços para o desenrolar da luta política contra a austeridade.

Richards et al (2008) afirma que os Bancos em áreas não metropolitanas competem em um ambiente espacialmente diferenciado. A proximidade dos tomadores de empréstimo, portanto, pode ser uma importante fonte de poder de mercado para empresas não metropolitanas dos bancos comunitários. Não obstante, estimularam um modelo estrutural de oferta e demanda de serviços bancários em que o poder de precificação depende explicitamente da distância entre os concorrentes e que o superávit econômico ganho por empresas em bancos não metropolitanos no alto meio oeste é devido ao poder de mercado espacial.

Em Gana, Adusei (2016) entende o efeito da responsabilidade social corporativa no compromisso organizacional dos funcionários de bancos rurais e comunitários, essa temática refletiu na pesquisa e concentração do efeito do envolvimento da responsabilidade social corporativa no comportamento do cliente. A tentativa de entender a consequência do envolvimento da responsabilidade social corporativa no comprometimento dos colaboradores com suas organizações. O estudo de analisou uma positiva

relação entre o engajamento na responsabilidade social corporativa e o comprometimento dos funcionários.

Além das múltiplas vantagens que a redução ou eliminação do dinheiro pode trazer, como economia de custos, maior eficácia da política monetária ou redução da criminalidade, a maioria dos estudos concordou com a conveniência de analisar qualquer mudança que leve a um *cash free* na sociedade em detalhes. Para além da dependência absoluta dos meios eletrônicos para pagamentos, o risco de exclusão financeira de determinados grupos vulneráveis (idosos, jovens, pessoas sem recursos, etc.) com dificuldade de acesso às novas tecnologias e serviços financeiros exige necessariamente que qualquer iniciativa neste sentido contemple tais riscos (Alonso et al., 2020).

A oportunidade que os sistemas monetários complementares oferecem para promover investimentos de impacto social, aqueles investimentos em projetos que combinam um impacto social e ambiental sem sacrificar a sustentabilidade econômica e a rentabilidade financeira do próprio Sistema Monetário Complementar (CSMS) (Motta, et al., 2017).

Ao analisar o impacto que um grupo de CMSs tem em suas respectivas economias, que um CSMS pode fornecer suporte para uma estratégia de desenvolvimento territorial e o efeito de alavancagem desta na economia do território em combinação com outros, mecanismos e instrumentos de política social. Na mesma linha, acrescentam-se as lógicas e ferramentas que vêm da economia social e solidária e utilizá-las para o desenvolvimento social e econômico pode muitas vezes ser frutífero para melhorar a inclusão social e cultural e a coerência territorial (Fare & Ahmed, 2017).

Segundo o pensamento de Chaves-Avila & Gallego-Bono (2020) “A Agenda 2030 das Nações Unidas” reconheceu que as entidades da economia social desenvolvem um papel expressivo em atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, os representantes governamentais criaram novas políticas em relação a essas entidades para maximizar o desenvolvimento da economia social. O objetivo é entender o cenário de mudança de política e o aparecimento dessas práticas, características e os fatores críticos de sua construção e implementação.

As moedas sociais complementares, por suas características, podem tornar as cidades e territórios mais fortes, mais resilientes e capazes de absorver melhor os efeitos das crises. A resposta é, portanto,

aproveitar ao máximo e ceder a um meio como as moedas sociais complementares para atingir um objetivo. Hoje, quando uma crise social e econômica ameaça abalar o bem-estar de milhões de pessoas, faz-se necessário redobrar todos os esforços para oferecer soluções que, sem abandonar o caminho do desenvolvimento sustentável marcado pela Agenda 2030, não apenas ajudem a superá-las, mas também considerar a transformação social e econômica necessária para construir um cenário mais acessível (Lenis Escobar et al., 2020).

O pensamento econômico de Ibn Khaldun, segundo Lenis Escobar et al. (2020), tem sido de interesse para muitos cientistas sociais. Dessa forma, sobre o papel do Estado na economia, o pensamento do economista é semelhante ao conceito de economia de mercado livre até certo ponto e sua forte oposição ao envolvimento do governo no mercado está sendo praticado por muitos países nas últimas décadas.

Considerações finais

Este estudo objetivou investigar como a ES e os Bancos Comunitários podem contribuir para o Desenvolvimento Regional, por meio do fomento às iniciativas públicas. Em se tratando de Economia Solidária e Empreendimentos Solidários nota-se o esforço em protagonizar os menos favorecidos financeiramente ao meio social. Na Economia Solidária, políticas públicas e desenvolvimento regional são feitas algumas críticas, mas ainda assim, revela-se benefícios sociais envolvendo esse tripé.

Além de tais achados, este estudo através da análise bibliométrica possibilitou percepções sobre a temática: uma é a crescente produção científica ao longo dos anos, a outra é a pluralidade da discussão na atualidade. Dessa forma, contribuiu entendimento ao estudo. Além disso, foi notório perceber que a origem da literatura, em sua maioria, foi contemplada no idioma espanhol, é importante para ciência que contemple em outras línguas.

De uma forma geral, os autores abordam a relação da Economia Solidária e bancos comunitários, impactando de forma positiva no desenvolvimento regional através da inclusão dos pobres ao mundo financeiro além do fortalecimento do local.

Na análise da literatura, artigos inclusos, verificou-se que o Brasil ainda é incipiente nesse debate, que é preciso ações das organizações envolvidas, além de maior envolvimento do poder público e dos moradores

na expansão e melhorias desse tema. Nessa perspectiva, fazem-se necessários avanços tecnológicos ao tratar de bancos comunitários, bem como entender estas instituições como elo fundamental entre participantes e poder público.

A Economia Solidária e os Bancos Comunitários ainda têm muitos estudos para explorar, uma sugestão é analisar com profundidade como esses atores solidários impactaram no período de pandemia. Além disso, a limitação desse estudo foi abordar apenas duas bases, logo como sugestão para estudos futuros, sugere novas pesquisas ampliando as bases de dados e englobando outras temáticas. Isso porque este estudo não se esgotou, se faz necessário um aprofundamento da temática para uma contribuição maior para ciência.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não ter conflitos de interesse.

Referências

- Adusei, M. (2016). Determinants of bank technical efficiency: Evidence from rural and community banks in Ghana. *Cogent Business & Management*, 3(1). 1199519. <http://dx.doi.org/10.1080/23311975.2016.1199519>
- Arampatzi, A. (2018). Constructing solidarity as resistive and creative agency in austerity Greece. *Comparative European Politics*, 16, 50-66. <https://doi.org/10.1057/s41295-016-0071-9>
- Berger, A.N., Goulding, W., & Rice, T. (2014). Do small businesses still prefer community banks?. *Journal of Banking & Finance*. 44, 264-278. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2014.03.016>
- Borowiak, C., Safri, M., Healy, S., & Pavlovskaya, M. (2018). Navigating the Fault Lines: Race and Class in Philadelphia's Solidarity Economy. *Antípoda*, 50 (3), 577-603. <https://doi.org/10.1111/anti.12368>
- Calderón-Milán, M. J., Calderón-Milán, B., & Barba-Sánchez, V. (2020). Labour inclusion of people with disabilities: what role do the social and solidarity economy entities play?. *Sustainability*, 12(3), 1079. <https://doi.org/10.3390/su12031079>
- Carvalho, L., Rambo, A. G., & Stoffel, J. (2020). Agroecological territorial dynamics: considerations about brazilian settlements. *Revista Produção E Desenvolvimento*, 6. <https://doi.org/10.32358/rpd.2020.v6.480>
- Chaves-Avila, R., Gallego, B. & Juan, R. (2020). Transformative policies for the social and solidarity economy: The new generation of public policies fostering the social economy in order to achieve sustainable development goals. The European and Spanish cases. *Sustainability*, 12 (10), 4059. <https://doi.org/10.3390/su12104059>
- Chaves, A. R., & Monzón Campos, J.L. (2018). A economia social face aos paradigmas económicos emergentes: inovação social, economia colaborativa, economia circular, responsabilidade social corporativa, economia para o bem comum, empresa social e economia solidária. *Revista CIRIEC-Espanha de economia pública, social e cooperativa*, 93, 5-50. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.93.12901>
- Costa, G. O., & Mello, J. A. V. B. (2023). Estudios sobre covid-19 y reflejos sanitarios en territorios vulnerables y en favelas: una revisión sistemática. *Población y Salud en Mesoamérica*, 20(2), 8.
- Das Neves., E. F. (2019). A relação entre economia solidária e empreendedorismo. *Economia e Desenvolvimento*, 31, e11-e11. <https://doi.org/10.5902/1414650936337>
- Daskalaki, M., Fotaki, M., & Sotiropoulou, I. (2019). Performing values practices and grassroots organizing: The case of solidarity economy initiatives in Greece. *Organization Studies*, 40(11), 1741-1765. <https://doi.org/10.1177/0170840618800102>
- De Oliveira Campos. I., & Reis, R. M. (2020). Economia solidária, saúde mental e inclusão: uma revisão de literatura/Solidarity economy, mental health and inclusion: a literature review. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO* 4(4), 674-687. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto28134>.
- De Souza, W. J., & Costa, A. P. B. (2018). O constructo economia plural nos estudos relacionados com a economia solidária: revisão sistemática no período 2000-2016. *Ciências Sociais Unisinos*, 54(3), 317-327. <https://doi.org/10.4013/csu.2018.54.3.04>
- Deyoung, R., Gron, A., Torna, G., & Winton, A. (2015). Risk overhang and loan portfolio decisions: Small

- business loan supply before and during the financial crisis. *The Journal of Finance*, 70(6), 2451-2488. <https://doi.org/10.1111/jofi.1235>
- Dos Santos, R. D. C. T., de Vargas Bianchim, B., Posser, T. G., & Costa, V. M. F. (2017). Economia solidária um campo de estudo em construção: análise da produção científica nacional de 2000 a 2015. *Revista Sociais e Humanas*, 30(2). <https://doi.org/10.5902/2317175825975>
- Fare, M., & Ahmed, P. O. (2017). Complementary currency systems and their ability to support economic and social changes. *Development and Change*, 48(5), 847-872. <https://doi.org/10.1111/dech.12322>
- Gaiger, Luiz Inácio (2004). A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados*, 47, 799-834. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000400006>
- Gaiger, L. I. (2011). The relation between equality and viability in the solidarity economy enterprises. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 79-109. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000200004>
- Galvão, T. F., Pansani, T. D. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e serviços de saúde*, 24, 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- García, G. F., & Frantzeskaki, M. (2017). La economía social y solidaria en Grecia. *REVESCO: Revista de estudios cooperativos*, 125, 49-88. <https://doi.org/10.5209/REVE.58135>
- George, G., Robley Wood Jr, D., & Khan, R. (2001). Networking strategy of boards: Implications for small and medium-sized enterprises. *Entrepreneurship & Regional Development*, 13(3), 269-285. <https://doi.org/10.1080/08985620110058115>
- Gonzalez, R. A. (2017). Going back to go forwards? From multi-stakeholder cooperatives to Open Cooperatives in food and farming. *Journal of Rural Studies*, 278-290. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.02.018>
- Grasseni, C. (2014). Seeds of trust: alternative food networks in Italy. *Journal of Political Ecology* 21(1), 178-192. <https://doi.org/10.12893/gjcpi.2014.1-2.13>
- Gumiero, R. G., & Tigre, A. M. L. (2020). Evaluation of policies for regional development: Unifesspa actions for social inclusion and empowerment in Pará Amazônia. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 6. <https://doi.org/10.32358/rpd.2020.v6.474>
- Gutberlet, J., Carengo, S., Kain, J. H., & Mantovani Martiniano de Azevedo, A. (2017). Waste picker organizations and their contribution to the circular economy: Two case studies from a global south perspective. *Resources*, 6(4), 52. <https://doi.org/10.3390/resources6040052>
- Leal, M. G. D. S. B., Cavalcante, C. E., & Coelho, A. L. D. A. L. (2020). Bancos comunitários de desenvolvimento e cidadania: reflexões teóricas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 14(3), 132-149. <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i3.41245>
- Lemaître, A., & Helmsing (2012). Solidarity economy in Brazil: Movement, discourse and practice analysis through a Polanyian understanding of the economy. *Journal of International Development*, 24(6), 745-762. <https://doi.org/10.1002/jid.2865>
- Lenis Escobar, A., & López, G. (2020). Design of Strategies for the implementation and management of a complementary monetary system using the SWOT-AHP methodology. *Sustainability*, 12(17), 6849. <https://doi.org/10.3390/su12176849>
- Lima Junior, I. M., Rodrigues, A. R. P., & Mello, J. A. V. B. (2021). Riscos, complexidade e incertezas na cadeia de suprimentos: uma revisão sistemática de literatura. *P2P E INOVAÇÃO*, 7(2), 277-294 <https://doi.org/10.21721/p2p.2021v7n2.p277-294>
- Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. *Sociologias*, 12, 158-198. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300007>
- Llanez A., Helmer F., & Sacristán Rodríguez, C. P. (2021). Desenvolvimento territorial e economia solidária: análise a partir do conceito de desenvolvimento, meio ambiente e incorporação de comunidades em uma estratégia de desenvolvimento territorial. *Tendencias*, 22(1), 254-278. <https://doi.org/10.22267/rtend.212201.163>

- Machado, G. C. X. M. P., Maciel, T. M. D. F. B., & Thiollent, M. J. M. (2021). The common and the unfolding in the solidarity economy from ecological sanitation. *Saúde e Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021181188>
- Mashigo, P., & Humayun, K. (2016). Village banks: a financial strategy for developing the South African poor households. *Banks & bank systems* (11, Iss. 2), 8-13.
- Motta, W., & P. D., S. (2017), Self-Funded social impact investment: An interdisciplinary analysis of the Sardex mutual credit system. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(2), 149-164. <https://doi.org/10.1080/19420676.2017.1321576>
- Nagem, F. A., & Silva, S. P. (2013). Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21, 159-175. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200010>
- Nascimento, D. T., Binotto, E., & Benini, E. G. (2019). O movimento da Tecnologia Social: uma revisão sistemática de seus elementos estruturantes entre 2007 e 2017. *Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle*, 8(3), 93-111. <http://dx.doi.org/10.18316/desenv.v8i3.4784>
- Papadaki, M., & Kalogeraki, S. (2018). Exploring social and solidarity economy (SSE) during the Greek economic crisis. *Partecipazione e conflitto*, 11(1), 38-69. <https://doi.org/10.1285/i20356609v11i1p38>
- Quiroz-Niño, C., & Murga-Menoyo (2017), Social and solidarity economy, sustainable development goals, and community development: The mission of adult education & training. *Sustainability*, 9(12), 2164. <https://doi.org/10.3390/su9122164>
- Rakopoulos, T. (2014). The crisis seen from below, within, and against: from solidarity economy to food distribution cooperatives in Greece. *Dialectical Anthropology*, 38, 189-207. <https://doi.org/10.1007/s10624-014-9342-5>
- Richards, T., & Acharya, K. (2008). Spatial competition and market power in banking. *Journal of Economics and Business*, 60(5), 436-454. <https://doi.org/10.1016/j.jeconbus.2007.06.002>
- Macedo, V. P., Ferro Lebres, V., & Bernardo Junior, R. (2022). Hackathon as an instrument for innovation in collaborative networks: a bibliometric analysis. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 8(1), e602. <https://doi.org/10.32358/rpd.2022.v8.602>
- Saguier, M. Z. B. (2017). Social and solidarity economy in South American regional governance. *Global Social Policy*, 17(3), 259-278. <https://doi.org/10.1177/146801811668692>
- Sahakian, M., & Christophe D. (2015). The social and solidarity economy towards greater 'sustainability': learning across contexts and cultures, from Geneva to Manila. *Community Development Journal*, 50(3), 403-417. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsu054>
- Smyth, A. (2017). Re-reading remittances through solidarity: Mexican hometown associations in New York City. *Geoforum* 85,12-19. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.06.025>
- Sordan, J. E., Pimenta, M. L., Oprime, P. C., Rodrigues, Y. T., & Marinho, C. A. (2021), Collaborative robotics: a literature overview from the perspective of production management. *Revista Produção e Desenvolvimento* 7. <https://doi.org/10.32358/rpd.2021.v7.516>
- Teixeira de Menezes, D., Carvalho dos Santos, H. M. (2019). Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma Análise Bibliométrica. *Gestão e Regionalidade*, 35,106. <https://10.13037/gr.vol35n106.5105>
- Wallimann, I. (2014). Social and solidarity economy for sustainable development: its premises—and the Social Economy Basel example of practice. *International Review of Sociology*, 24(1), 48-58. <https://doi.org/10.1080/03906701.2014.894345>
- Wigger, A (2019). The new EU industrial policy: authoritarian neoliberal structural adjustment and the case for alternatives. *Globalizations*, 16(3), 353-369. <https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1502496>